



Militarização das escolas públicas. Que projeto é esse?

Militarization of public schools. What project is this?

Militarización de escuelas públicas. ¿Qué proyecto es este?

Raquel Araújo Monteiro Brandão
Universidade Federal do Ceará (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-8944-8367>
<http://lattes.cnpq.br/9438829645550761>
raquelmonteiroufc@yahoo.com.br

Tânia Serra Azul Machado Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-3982-4758>
<http://lattes.cnpq.br/0753572752630200>
tanciasamb@hotmail.com

Marcelo Pustilnik de Almeida Vieira
Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-1139-5154>
<http://lattes.cnpq.br/2578873528103320>
marcelo.pustilnik@ufsm.br

Resumo

Estudo sobre a militarização das escolas públicas no País, no primeiro momento, avançando-se pelos contextos históricos das escolas militares no Brasil, as primeiras tentativas, sua implantação com seus objetivos e as contradições ao largo da história. O ensaio visou a subsidiar o entendimento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), criado no governo de Jair Bolsonaro. As chamadas escolas cívico-militares foram instituídas pelo Ministério da Educação, com o fito de aumentar os índices educacionais no País. Apontam-se diversos fatores e verdades que demonstram não ser verdadeira a eficiência dos colégios militares como solução para as escolas públicas. Incluem-se fatos demonstrativos de que são problemáticas, numa sociedade livre, plural e democrática, a existência de militares na escola e a implantação de práticas disciplinadoras autoritárias, além de inadequadas ao ambiente da escola pública, retirando direitos fundamentais, tanto de professores quanto de alunos. Encerra-se com teses indicativas de uma cisão para o sistema das escolas públicas, gerando assimetrias maléficas. Demonstram que parte da solução expressa é creditar mais dinheiro às escolas, isto, ao incluir todas elas, uma vez que, quando acolherem mais dinheiro, as escolas vão melhorar o atendimento. Demais disso, há outras teses que se contrapõem aos argumentos governamentais e apontam outras possibilidades para a realidade brasileira.

Palavras-Chave: Escola militar. Escola cívico-militar. Políticas públicas.

Abstract

In this article, we present the historical contexts of military schools in Brazil, their objectives and the contradictions throughout the implementation process, in order to understand the program created under Jair Bolsonaro's government. The so-called Civic-Military Schools were created by the National Program of Civic-Military Schools (PECIM) with the aim of increasing educational rates in the country. We point out several factors and facts that demonstrate that the efficiency of military colleges as a solution for public schools is not true. We include facts that show that the presence of military personnel in school is problematic in a free, plural and democratic society. The implementation of authoritarian disciplinary practices, in addition to being inadequate for the public school environment, removes fundamental rights from both teachers and students. We end with theses that oppose government arguments and point to other possibilities for the Brazilian scenario.

Key Words: Military school. Civic-military school. Public policy.

Resumen

En este artículo, presentamos los contextos históricos de las escuelas militares en Brasil, sus objetivos y las contradicciones a lo largo del proceso de implementación, para comprender el programa creado bajo el gobierno de Jair Bolsonaro. Las denominadas Escuelas Cívico-Militares fueron creadas por el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (PECIM) con el objetivo de incrementar los índices educativos en el país. Señalamos varios factores y hechos que demuestran que la eficacia de los colegios militares como solución para las escuelas públicas no es cierta. Incluimos hechos que demuestran que la presencia de militares en la escuela es problemática en una sociedad libre, plural y democrática. La implementación de prácticas disciplinarias autoritarias, además de ser inadecuadas para el ámbito escolar público, sustrae derechos fundamentales tanto a docentes como a estudiantes. Finalizamos con tesis que contradicen los argumentos gubernamentales y apuntan otras posibilidades para el escenario brasileño.

Palabras clave: Escuela militar. Escuela cívico-militar. Política pública.

Recebido: 21/08/2023

Aprovado: 11/12/2023

Notações introdutórias

O estudo ora sob relatório analisa a crescente militarização das escolas públicas no governo Jair Bolsonaro, com vistas a identificar as finalidades de criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) (BRASIL, 2019) como política educacional para a educação básica no Brasil. Justifica-se esta pesquisa pela adesão considerável de Municípios e Estados ao modelo em foco e à necessidade de problematizar discursos arraigados – e predominantes, no nosso entender - de que as escolas militares são melhores do que as regulares, compreensão da qual discordamos e à frente mostramos racionais argumentos.

O recente aumento de estabelecimentos escolares militarizados instiga-nos, à continuidade, aos questionamentos: - *Por quê?* - *Quais suas finalidades políticas e educacionais?* - *Quais as implicações para a educação pública?* - *Tal modelo escolar não produz cisões, clivagens e diferenças entre outros de cariz público?* - *Os investimentos destinados às escolas são semelhantes ou divergem? Quais elementos existem nesse tipo de escola que contribuem no sentido de alavancar os “resultados satisfatórios”?* - *Que tipo de pessoa e que ideia de educação* (SAVIANI, 2000) *fundamenta o programa?*

É importante contextualizar o momento histórico e político em que ressurgiram propostas como estas, considerando o avanço do conservadorismo no País, com movimentos de ultradireita. Com a acumulação do capital e a crise econômica mundial (CHESNAIS, 2001), o extremismo avança no mundo, ameaçando direitos conquistados nos últimos anos, com uso de violência, discursos de ódio, privatização, terceirização, políticas de austeridade, ultraliberalismo, devastação ambiental e ataque aos direitos humanos.

A militarização das escolas públicas fora criada em 2019, pelo PECIM, com o objetivo de aumentar os índices educacionais. Na propaganda do Governo, era alardeada como “[...] a maior revolução na área de ensino no país nos últimos 20 anos” (BRASIL, 2020c), conforme destacou o ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, no Congresso Nacional. Por sua vez, a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM) acentua que “O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados [sic] ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida”¹.(BRASIL, 2020d).[sic] Para os profissionais da educação, da seara progressista, remansam as indagações: - *Que currículo é esse?* - *Quais são suas fundamentações pedagógicas e filosóficas?* Os documentos oficiais, entretanto, não contêm as respostas necessárias.

Analisando do ponto de vista histórico, encontramos o fato de que a proposta de escolas militares no País remonta ao período colonial. Características preservadas, desde então, constituem-se no disciplinamento exacerbado e na pedagogia militarista, com sanções e controle dos corpos e individualidades dos alunos.

Demandamos, então, por intermédio deste ensaio, compreender a educação brasileira com amparo nas raízes sociais em que se constitui: numa sociedade colonizada, escravagista, classista, conservadora e excludente, em um Estado autoritário, burocrático, dependente e subordinado ao capital estrangeiro, (FERNANDES, 1973; FREYRE, 2001, 1961; HOLANDA, 1995; PRADO JUNIOR, 2000), em um sistema de educação dualístico, meritocrático, seletivo e descontinuado (SAVIANI, 2000). Para melhor entendimento, na sequência, delineamos uma contextualização histórica acerca do surgimento de escolas militares no Brasil, até a implantação atual do modelo.

¹ Tem como objetivo construir disciplina, coesão e padronização de procedimentos. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/Manual%20de%20Ordem%20Unida%20-%20C%202022-5.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

Contextualização das escolas militares no Brasil

As instituições escolares deste segmento, no Brasil, remontam ao século XVIII (ROSA, 2012) - o qual conforma o Período Colonial. Em 4 de dezembro de 1810, com a transferência da Monarquia portuguesa para o Brasil, foi criada a Academia Real Militar, com a finalidade de formar “[...] oficiais de artilharia e engenharias, bem como oficiais engenheiros, geógrafos e topógrafos”. (ACADEMIA REAL MILITAR, 2020). Conforme Santos (2007), era somente esta a escola de Engenharia do País, e ali estudavam, não apenas, oficiais do Exército, mas, também, homens civis. A criação da Academia estava diretamente relacionada às reformas educacionais e, em especial, à Reforma da Universidade de Coimbra, na gestão do Primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Rosa (2012, p. 4) salienta que “[...] a construção de um sistema de ensino militar, porém, foi um longo processo entrelaçado às questões políticas, diplomáticas, econômicas e históricas da complexa construção do Estado Brasileiro”. Desde o término da Guerra do Paraguai, em 1870, os embates ideológicos e políticos de militares com os representantes do Império ficaram mais acirrados². Santos (2000, p. 26) evidencia o fato de que a ideia dos militares como salvadores da Pátria generalizou-se no Exército, além de serem havidos como mantenedores da unidade nacional e civilizadores.

Havia, então, robustos interesses em instituir escolas para educar os filhos dos militares do Exército e das outras Forças Armadas. A ideia era garantir segurança aos castrenses que iam para as guerras em nome da Pátria. Eles podiam morrer em paz que seus filhos teriam a educação necessária, mesmo sendo órfãos ou filhos de pais incapacitados. Imbuído dessa ideia, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, abandonou o comando do Exército e se tornou Senador do Império. Em 1853, apresentou a proposta 148 ao Senado, mas esta não prosperou. Em 1862, Caxias, novamente, mostrou o projeto e, mais uma vez, malogrou. Somente no final do Império, o Conselheiro e Ministro da Pasta de Guerra, Tomás José Coelho de Almeida, logrou aprovar o instituto do Imperial Colégio Militar (na capital brasileira, Rio de Janeiro), mediante o Decreto de número 10.202, de 9 de março de 1889 (CUNHA, 2007). O primeiro artigo do Decreto de fundação da Escola Militar define o público do modelo da escola:

instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes [sic]. (BRASIL, 1889).

Conforme o Decreto, estavam previstos exames de admissão, priorizando a leitura e a escrita dos candidatos, e concedida a preferência de matrícula aos órfãos de pais militares mortos em combate ou a serviço do Exército. Consoante alcança Cunha (2007), a perspectiva assistencial e a necessidade de formação de quadros militares constituíram aspectos fulcrais na instituição do primeiro colégio militar do Brasil, embora a segunda finalidade há pouco mencionada tenha representado maior peso.

Característica central nesse modelo de escola coincide com os rigorosos métodos disciplinares, com recompensas e penas, de modo a formar um *ethos* militar (SANTOS, 2000). Entre os incentivos, o Colégio Imperial definiu: boas notas nos livros das aulas, licenças

² Havia muitas discordâncias sobre a manutenção do regime escravista, a monarquia, antilusitanismo e ideais republicanos e constitucionais defendidos pelos militares, embora, posteriormente à Proclamação da República, se tenham evidenciado a exclusão de muitos setores da vida social e política e o conservadorismo dos republicanos (CARVALHO, 1993). É válido evidenciar o fato de que “[...] a fomentação tanto da Proclamação da República, quanto dos movimentos tenentistas de 1922 a 1924 saíram das Escolas Militares”. (SANTOS, 2000, p. 30).

excepcionais para passeio, elogio em ordem do dia regimental, promoção aos diversos postos do corpo de alunos, medalhas de ouro denominadas *Duque de Caxias*, *Almirante Barroso*, *Marquez do Herval*, *Visconde de Inhaúma* e *Conde de Porto Alegre*. Conforme o artigo 34, as penas previstas são: notas más nos livros de aulas, privação de recreio, com ou sem trabalho, exclusão momentânea da aula ou do campo de exercício, privação de saída nos dias determinados, repreensão particular ou em ordem do dia, baixa temporária das graduações, baixa definitiva das graduações, prisão na sala do Estado-Maior, expulsão atenuada e expulsão ostensiva (BRASIL, 1889). Sobre a organização e gestão do Colégio, o artigo 10 determina:

O Imperial Collegio Militar será commandado por official superior de qualquer das classes do Exercito, effectivo ou reformado, que tenha o curso scientifico dos corpos de engenheiros, de artilharia ou de estado-maior de 1ª classe [sic]. (BRASIL, 1889).

Rosa (2012) enfatiza o sucesso da Escola Militar do Rio de Janeiro: tal era a importância do Colégio, que os egressos eram dispensados de exames admissionais para estudar na Escola Politécnica do Largo de São Francisco – referência em Engenharia até hoje.

Em 28 de fevereiro de 1912, o Decreto número 9.397 criou o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e a Escola Militar de Barbacena. Em 7 de janeiro de 1919, foi instituído o Colégio Militar do Ceará. Em 1925, por motivações políticas, a Escola de Barbacena foi extinta. Santos (2000, p. 13) explica que, após a Proclamação da República, a formação castrense foi objeto de muitas influências, com amparo em elementos divergentes das várias correntes do Exército brasileiro. No ano de 1938, as escolas do Ceará e de Porto Alegre também foram extintas, restando apenas a do Rio de Janeiro. Somente em 1962 voltaram a funcionar como colégios militares.

O currículo das escolas militares foi alvo de várias alterações no decurso de sua história. Havia divergências entre os oficiais quanto ao tipo de formação que devia ser oferecida – se mais militarista ou propedêutica (CUNHA, 2006). É importante frisar que essas escolas exerceram intensa influência na política do País, desde a Proclamação da República aos dias atuais. O sentimento de honra e *status* motivou os militares. Posteriormente, foram eles mobilizados, também, por fatores econômicos (SANTOS, 2004), consoante sucedeu na ditadura civil-militar instalada em 31 de março de 1964.

A militarização das escolas

É importante proceder à diferenciação entre as escolas militares e as militarizadas. As primeiras objetivam formar quadros para carreiras do Exército e recebem, primordialmente, os filhos de militares, conforme explicitado anteriormente. As do segundo naipe não têm, necessariamente, esse objetivo, porquanto consistem na entrega das escolas públicas à gestão do Exército sob o argumento de combate à violência nas escolas e com a finalidade de aumentar os índices educacionais dos Municípios e Estados. Por sinal, os discursos hegemônicos que tratam do “sucesso” desse modelo de escola - pela imposição da disciplina e dos resultados satisfatórios dos alunos em exames nacionais - adquirem *status* de verdade e auferem o apoio e a adesão de pais que demonstram cada vez mais interesse em matricular seus filhos (ALVES e FERREIRA, 2020).

Honorato (2020, p. 81) enumera quatro pontos principais que há nos discursos de quem faz apologia às escolas cívico-militares: escolas situadas na periferia, em “[...] situações de vulnerabilidade social e violência urbana e escolar (...); indisciplina, altos índices de evasão escolar e repetência; critérios socioeconômicos; e resultados pífios nas avaliações nacionais”.

Considerando o tema *ascensão direitista*, em 2015, “[...] o Brasil descobriu que havia uma direita militante e aguerrida no país” (GALLEGO, 2018, p. 11), e, nas eleições de 2018, “A direita saiu do armário”. (MESSENERG, 2017). O Partido Social Liberal (PSL), o Partido Novo e o Partido Republicano Brasileiro (PRB) cresceram vertiginosamente no Brasil. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) relatam que, em 2014, a direita voltou a crescer no Congresso, “[...] revertendo o movimento de queda constante do número de representantes na Câmara dos Deputados que se observava desde 1998. Em 2010, os partidos conservadores ganharam 36,3% das cadeiras; em 2014, 43,5%”. E, nas eleições de 2018, conseguiram compor a segunda maior bancada no Congresso Nacional. Deveras, havia grande participação de militares no governo Bolsonaro³: - mais do que no regime militar sob Humberto de Alencar Castello Branco.

Em 2006, quando Bolsonaro era deputado federal, ele apresentou dois Projetos de Lei (PL) para criação de escolas militares no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro (cidade) e no Município de Resende, no Estado do mesmo nome. Os projetos de lei, no entanto, não lograram êxito. Em 2018, o candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, propalava problemas educacionais brasileiros e prometia em campanha eleitoral que criaria escolas cívico-militares nas capitais para sanar o problema da educação. O Plano de Governo (2018) de Bolsonaro tinha como meta mudar “o método de gestão” e “modernizar o conteúdo”, haja vista que o montante de recursos gastos em educação era elevado e não surtia efeitos positivos: “Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional”. (IBIDEM).

É importante ilustrar o fato de que Jair Bolsonaro é capitão reformado do Exército. Igualmente, o filho, Eduardo, tem formação militar, é escrivão da Polícia Federal e foi eleito deputado federal pelo Partido Liberal (PSL/SP) em favor de militares, utilizando discursos de ódio e pena de morte, posse de armas de fogo⁴, castração química para estupradores e defesa da ditadura civil-militar de 1964⁵; é a favor do Programa *Escola sem Partido* e da educação domiciliar, das pautas dos costumes, e dissemina negacionismos históricos e científicos, entre outras sugestões antidemocráticas.

Não se há que situar essa proposta somente ao atual governo, porquanto tal discussão já permanecia em voga e vinha sendo constituída, tanto pelos militares, quanto por setores da sociedade civil, haja vista o fato de que o Grupo RBS (maior afiliada da Rede Globo, situada no Rio Grande do Sul) em fins de 2012, na seção “Envie uma pergunta” da campanha do próprio Grupo “A Educação Precisa de Resposta”, já insinuava essa discussão para a sociedade (RBS, 2012). Ainda em 2018, o intento de militarização já estava em andamento na Bahia, pois

³ No governo Bolsonaro, os militares da reserva ocupam o primeiro escalão do Poder Executivo, especialmente no Ministério da Segurança. Assinalamos que é um governo de militares sem golpe e ou, ainda, com características importantes de militarização da política ou politização das Forças Armadas.

⁴ Jair Bolsonaro, mesmo antes de ser Presidente, fazia a defesa de porte de armas. Em 2017, ele pousou com fuzil da Taurus. Ele faz questão de continuar defendendo a proposta. Existe a Frente Parlamentar Armamentista, composta por 204 deputados federais e dois senadores, conforme disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54004>. Acesso em 20 de maio de 2021.

⁵ Jair Bolsonaro defende o ponto de vista de que não houve golpe, mas uma revolução militar contra o comunismo no Brasil. É elucidativo o fato de que o Presidente ganhou na Justiça o direito de comemorar o dia 31 de março de 1964. Sobre o tema, destacamos a votação do *impeachment* da senhora Dilma Rousseff, quando Jair Bolsonaro era deputado federal, e declarou seu voto, fazendo apologia ao coronel Carlos Brilhante Ustra, um dos maiores torturadores da ditadura civil-militar.

A declaração do governador Rui Costa em apoio a um convênio entre a Diretoria de Ensino da Polícia Militar da Bahia (PM-BA) e a União dos Municípios da Bahia (UPB), assinado para a transferência da ‘tecnologia educacional’ dos Colégios da PM (CPM) para escolas municipais do interior, resultou em manifestações de repúdio de educadores. (A TARDE, 2018).

Conforme é perceptível, mesmo em governos ditos progressistas - Rui Costa é filiado ao PT - essas propostas recebem adesão. Esses constituem aspectos conducentes a entendermos a aceitação e a anuência a essas proposituras por parte da sociedade.

Uma vez eleito presidente, Jair Bolsonaro editou o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM⁶) no Brasil. O Programa é parceria do Ministério da Educação (MEC), vinculado à Secretaria de Educação Básica, com o apoio do Ministério da Defesa e será implantado em regime compartilhado de Municípios, Estados e Distrito Federal. O PECIM apregoa que sua finalidade é promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2019).

A previsão dos idealizadores do Programa é de que, até 2023, haja 216 escolas funcionando, de acordo com o modelo lançado pelo MEC. Em Brasília já funcionam quatro escolas que adotaram esse modelo. No Brasil, são quase 120 escolas militares na ativa. Conforme o PECIM, os critérios adotados para a instalação das novas unidades serão:

Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana;
Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos;
Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo. (BRASIL, 2019).

Para aderir ao PECIM, as escolas precisarão manifestar interesse junto à Secretaria de Educação, que conduzirá a escolha entre as escolas. Até outubro de 2019, o Distrito Federal e mais quinze estados adotaram o modelo da gestão militarizada nas escolas públicas, incluindo o Estado do Ceará. Por sinal, este foi o único Estado do Nordeste a aderir ao programa. Em 2020, foram implantadas no Ceará mais duas escolas cívico-militares, uma em Maracanaú, na Escola Tenente Mário Lima, e outra em Sobral, na Escola Jarbas Passarinho⁷.

A adesão cresce, e, no dia 9 de março de 2021, o portal PECIM divulgou a notícia de que mais 70 escolas aderiram à proposta. A previsão é de mais 74 escolas⁸ em 2021. Em 2020, 53 escolas aderiram ao programa. Mesmo no contexto de pandemia de covid-19, essas escolas foram implantadas como pautas principais do governo, assim como o *homeschooling* que está na ordem do dia.

⁶ O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das polícias e dos corpos de bombeiros militares. Os militares atuarão no apoio às gestões escolar e educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico (BRASIL, 2019).

⁷ Jarbas Passarinho, que, entre outras passagens pela política nacional, foi reformado como coronel do Exército.

⁸ Relação dos municípios pré-selecionados para o PECIM 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/Municipiosrelaofinal.pdf. Acesso em 19 de maio de 2021.

A defesa do modelo das escolas militares, que se confundem com as escolas militarizadas, não leva em consideração o fato de que seu suposto sucesso está relacionado, não apenas, aos contextos socioeconômicos de seus corpos docente e discente, mas ao próprio fato de que o modelo pedagógico de referência genérico da educação escolar é autoritário, mecânico, reprodutivista dos valores de desigualdade social, centrado no estímulo à competição, ao individualismo, no tentame de desenvolver obediência acrítica: é já um modelo militarizado em seus conceitos e concepções de base. Isso vem justificar o fato de que as escolas militares sejam bem avaliadas num modelo cripto-militarizado, e denotem sucesso na leitura do senso-comum, que não incorpora os aspectos de complexidade, contradições e diversidade da realidade social.

Aqui é oportuno procedermos a uma explicação, no sentido de as escolas públicas, antes de serem um local de reforma cívica, constituírem um espaço plural e diverso, como é a realidade da sociedade civil brasileira. Os dados do Censo Escolar de 2020, coletados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, nos ensejam uma visão geral dessa realidade.

Participaram do levantamento mais de 224 mil estabelecimentos de ensino de educação básica, entre os quais 179,5 mil eram escolas ativas, que informaram mais de 47,3 milhões de matrículas de escolarização. (INEP, 2020, p.15).

Reportamo-nos, nesta ocasião, a quase 50 milhões de crianças e jovens, um número expressivo e que se distribui pelos 5568 municípios do País, escolas localizadas em realidades tão diversas quanto desiguais.

[a] rede municipal, que detém 48,4% das matrículas na educação básica, 0,3 ponto percentual (p.p.) a mais do que em 2019. A rede estadual, responsável por 32,1% das matrículas da educação básica em 2020, é a segunda maior. A rede privada obtém 18,6%, e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas (INEP, 2020, p.16)

É justamente com suporte nesses números que o contexto de militarização das escolas precisa ser analisado. Conforme o *Manual das Escolas Cívico-Militares*, em que constam regras de comportamentos, os alunos devem bater continência aos militares e ter fardamento padronizado⁹. As mulheres são obrigadas a usar coques nos cabelos e aos meninos é defeso usar barba, boné, tatuagens, cabelos grandes e adereços, e devem manter o cabelo sempre cortado. A prática de controle e a docilização das pessoas conduzem à subserviência, à não criticidade, ao disciplinamento dos corpos, ao desrespeito às individualidades, atuando, assim, no sentido de gerar comportamentos desejáveis e homogeneizadores para um projeto educativo na contramão da formação crítica e emancipadora necessária para a realidade expressa pelo Censo Escolar e pelas contradições de nosso País.

Mascarenhas e Silva (2020, p. 4) salientam que os fundamentos desse modelo escolar militar partem de uma lógica de “padronização, [...] descaracterização do trabalho docente, reguladora de subjetividade e identidade, de corpos, com o discurso centrado na moralidade, apreciadora de uma educação aplicacionista e estéril”. O discurso da disciplina é recorrente desde a Escola Imperial do Rio de Janeiro. A escola atua no sentido de adequar os comportamentos dos educandos aos do Exército, reproduzindo a disciplina militar e gerando violência simbólica (BOURDIEU e PASSERON, 1982).

⁹ Na maioria destas escolas, são os pais que compram o uniforme escolar.

A matéria *Aluno-xerife, beijo punido, hino de cor: um dia em uma escola militar*¹⁰ descreve, sucintamente, a rotina escolar disciplinadora de corpos e mentes em filas, padronizados e alinhados para acompanhar o hasteamento da bandeira e cantando o Hino Nacional. É preciso marchar para entrar e sair das salas. Existe a disciplina *Continência e Sinais de Respeito* (CSR) com cinquenta minutos de aula semanal (HONORATO, 2020). Segundo Madeiro (2020), “[...] ela abrange os cânticos e hinos e a ordem unida – que é aprendido da marcha, dos comandos de pé firme, desfiles, [sic] etc”. O PECIM orienta a escolha de alunos chefes e subchefes de sala para atuarem na manutenção da ordem e disciplina das salas. Em 07 de maio de 2021, a Escola Cívico-Militar Quinze de Novembro (ECIMQN) promoveu uma cerimônia de posse dos líderes.

Honorato (2020, p. 83) enumera algumas críticas negativas ao modelo de escola: “[...] comportamento dos professores e alunos mais passivos e subservientes às regras, à hierarquia e à disciplina”; “Ideologia militar da obediência ao invés da participação”; “Educação militarizada representa distorções à formação identitária de crianças e adolescentes. Adestramentos e castração do indivíduo em formação resultantes da lógica militar”. O Ministério Público da Bahia (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), encaminhou a Recomendação 04/2019 às escolas públicas municipais e estaduais que adotaram o programa de escolas cívico-militares. No documento, consta que,

CONSIDERANDO que a imposição, pelo Estado, de padrão estético uniforme aos alunos e alunas, quanto ao tipo de corte de cabelo, roupas, maquiagem e outros adereços possui impacto negativo desproporcional em indivíduos de grupos minoritários, marginalizados ou alvo de preconceito, que se veem impedidos de manifestar as características de suas personalidades e culturas diferenciadas, especialmente quanto às identidades étnico-raciais, religiosas e de gênero, em grave violação aos princípios dignidade humana e da igualdade; CONSIDERANDO que esses direitos à intimidade e vida privada e à liberdade de expressão, de pensamento e de consciência possuem especial importância para crianças e adolescentes, cujo processo de formação da própria personalidade deve ser protegido pelo Estado, que não deve impor visões de mundo ou exigir adequação a modelos definidos unilateralmente. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019, p. 11).

A recomendação retrocitada entende que em nada o padrão exigido coopera para o desenvolvimento intelectual e cidadão de alunos, explicando que, na verdade, é uma violação dos direitos que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por isso, nossa tese volta-se para os números do Censo Escolar de 2020 e procura, exatamente com amparo nesses preceitos expressos pelo Ministério Público Federal, postular a necessidade lógica de extinção de tal Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM.

O Ministério Público ressalta que, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, os resultados melhores não foram das escolas militares, mas do Instituto Federal da Bahia, contradizendo a noção de que o disciplinamento e o autoritarismo não contribuem para melhores desempenhos acadêmicos, mas a estrutura “[...] nível socioeconômico, a presença e a escolaridade dos pais são fatores determinantes para o rendimento escolar dos alunos da rede pública”. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/BA, 2019, p. 3).

Corroboramos o MPF, quando afirma que não é o autoritarismo que garante resultados satisfatórios nas escolas, mas as condições de trabalho dos docentes, a estrutura, as

¹⁰ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/05/escola-militar-aluno-xerife-hino-de-cor.htm>. Acesso em 19 de maio de 2021.

circunstâncias socioeconômicas. Pelo contrário, autoritarismo vai de encontro à autonomia e emancipação dos sujeitos educandos e educadores.

Toda escola funciona como “aparelho ideológico do Estado” e o Exército e Forças Armadas são “aparelhos ideológicos e repressivos do Estado” (ALTHUSSER, 1974). Entendemos que uma escola militarizada é uma verdadeira aberração, potencializando o caráter repressivo. O primeiro funciona criando ideologias, consenso, aquiescência social, ao passo que o segundo emprega o uso da coerção física, pela aplicação da força, armas (embora também recorra à ideologia). São diversos os mecanismos de reprodução: criar hábitos (*habitus*) que formam para a aceitação, conformação, dominação e naturalização das relações de poder (ALTHUSSER, 1974; BOURDIEU e PASSERON, 1982); e, no caso, em tela, ideais de civismo, patriotismo, moralidade, adaptação e conformismo padronizados em modelo único, contradizendo-se em relação aos princípios constitucionais de pluralidade e liberdade. A formação do *ethos* utiliza a violência simbólica, desconsiderando a cultura, os valores, diferenciações. Conforme anota Saviani (2000), a perspectiva althusseriana integra “[...] a teoria crítico-reprodutivista”, à medida em que leva consideração aos determinantes sociais da educação, porém, não exprime uma proposta pedagógica emancipadora e fica somente no plano da reprodução, fato grave em uma sociedade desigual, como ocorre de ser a brasileira.

Em Ceilândia (Distrito Federal), um fato ocorrido no Centro Educacional 7 demonstrou que policiais desconhecem a função social da escola e do trabalho docente, conforme matéria veiculada em 12 de novembro de 2019 pelo G1¹¹. Ela transcreveu o áudio gravado em sala de aula:

Professora: Alguém da direção, por favor, pode vir na sala do 9º D? O sargento Policarpo está me desautorizando na frente da turma toda. Dizendo que eu não tenho autoridade sobre esta sala. Ele entrou para fazer advertências indevidas durante o meu período de aulas. Então, esse senhor está andando na minha sala, acabou de me desautorizar perante a minha turma e isso é inadmissível. Eu falei para ele que a turma é minha, a sala é minha enquanto eu estiver aqui dentro. Ele está sorrindo, fazendo chacotas, sendo irônico. Então, por favor... e pedi para ele sair de dentro da minha sala.

PM: Não, a senhora mandou eu sair da sala.

Professora: Sim, eu mandei você sair da sala.

PM: Não, a senhora não tem autoridade para mandar eu sair da sala.

Professora: Eu tenho autoridade sim, a sala de aula é minha, eu tenho autoridade, senhor Policarpo.

Esse caso, provavelmente, não será único no que diz respeito à relação entre docentes e militares na condução das escolas cívico-militares. A ocorrência chegou à Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa e a SEDUC/DF ficou de apurar os fatos. Para Mascarenhas e Silva (2020, p. 5), esse modelo de escola poda o protagonismo intelectual dos docentes, gerando o controle do Estado via pedagogia militar sobre o trabalho docente, “[...] subsidia e promete uma gestão compartilhada precária e com fundamentos da ciência pedagógica e da didática baseadas no autoritarismo e mecanicismo, transformando o trabalho docente em um

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/11/12/professora-e-pm-batem-boca-na-frente-de-alunos-em-escola-militarizada-no-df-ouca-audio.ghtml>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

treinamento de fazeres”. Além disso, os gestores militares destituem diretores eleitos pela comunidade escolar, não têm formação na área pedagógica e não conhecem a realidade escolar (HONORATO, 2000).

As práticas de censura por parte dos gestores militares não se restringem às obras literárias para estudos na escola ou atos disciplinares discentes, mas às práticas docentes, tanto da atividade em sala quanto das atividades políticas da profissão. No Colégio Tiradentes, Escola Cívico-Militar de Porto Velho-RO, cerca de dez professores foram proibidos de participar de reunião do sindicato onde seriam tratadas questões de interesse da categoria, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) e Piso do Magistério. Ambos os temas são de expressivo interesse e de relevante debate.

O jornal *Folha de São Paulo* publicou que “[...] os professores foram afastados¹²” e “devolvidos” à Secretaria de Educação do Estado para que fossem realocados em outra unidade escolar. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado foi acionado pelos professores que denunciaram a situação e pediram intervenção no caso. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) pronunciou-se, dizendo que a ação do diretor da escola “[...] não condiz com o Estado Democrático de Direito”. No *site* do SINTERO, nota-se a articulação dos professores quando eles se organizam para ver o interesse de quem quer participar da reunião, a comunicação ao Diretor pedagógico e sugestões de organização do período letivo do dia da reunião.

Ao tomar conhecimento, o Diretor Geral, capitão Pires, discordou e convocou uma reunião para informar que, caso os professores fossem à assembleia, seriam devolvidos à Secretaria de Educação para serem remanejados para outra unidade escolar. O capitão Pires falou que o regimento era diferente de outras escolas e que “[...] os servidores lotados em escolas cívico-militares não podem participar de paralisações, pois seguem regime diferente e que os mesmos devem se submeter à rotina, às normas e à decisão do oficial, por se tratar da maior autoridade hierarquicamente da escola”. (SINTERO, 2020). O SINTERO mencionou que os professores se sentiram coagidos e entenderam o caso como assédio moral, pois, mesmo trabalhando em escola militar, eles são servidores civis e têm regimento próprio. Por sua vez, segundo o sindicato, o diretor Pires

classificou a atitude como “vitimismo” por parte dos professores. Reafirmou que o colégio militar não se submete a paralisações e a qualquer tipo de atividade nesse sentido. Disse que os servidores apenas o informaram sobre essa decisão, não respeitando a hierarquia da organização. O capitão disse ainda que considerou o comportamento dos servidores desrespeitoso e rebelde (SINTERO, 2020).

De fato, o Diretor encaminhou ofício à SEDUC devolvendo os dez professores que foram à assembleia. Reimão (2014, p. 75) expressa que “[...] uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes”. Tal prática de cerceamento foi perceptível no nazismo, fascismo e nos regimes ditatoriais pelo Mundo à extensão da história.

No *site* da Escola Vila Militar (Rebouças/PR), é expresso que a instituição se propõe trabalhar “[...] com cuidados disciplinares e de conduta”. A perspectiva da militarização é transmutada para as escolas com a predominância da ideia de que, se houver disciplina, terá

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/escola-civico-militar-em-ro-afasta-professores-que-queriam-ir-a-reuniao-do-sindicato.shtml>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

aprendizagem e resultados satisfatórios, além do que combate a doutrinação ideológica de professores, que são substituídos por militares, o que significa trocar aqueles que têm visão de mundo diferente da doutrinação ideológica militar, que a doutrinação ideológica tem um caráter único: a visão militar de sociedade.

O argumento utilizado é o de que as escolas militares (ECM) exprimem os melhores índices educacionais do País. Quando, no entanto, fazem a comparação, não destacam que essas escolas recebem recursos federais bem maiores do que as demais instituições convencionais, além de esconderem o fato de que as escolas federais, os IFE, expressam os maiores índices educacionais do País. Desconsideram, inclusive, aquelas escolas públicas não cívico-militares e que alcançam IDEB 10, justamente por terem um projeto plural onde os aspectos democráticos são exercidos por toda a comunidade escolar. Depois, o fato de ter seleção para admissão em tais escolas não é, por si, um aspecto que eleva os resultados educacionais?

Historicamente, quando se trata elaboração e implementação de política educacional, o discurso dos governantes e técnicos é de que se propõem a melhorar os índices e resultados escolares. Não raro, a “culpa” recai sobre a gestão escolar, alegando que essa não dá conta de ampliar as notas e produzir dados quantitativos satisfatórios e esperados pelas equipes técnicas das secretarias de educação. Daí advêm os modelos empresariais aplicados à educação, como qualidade total, Tecnologia Empresarial Odebrecht¹³ (2015), gestão por via de resultados, administração estratégica, entre tantos outros modelos “eficazes” e modismos. Foi nesse contexto de crítica às escolas públicas que surgiram as escolas militares na gestão Bolsonaro.

Um dos modelos mais utilizados para uma gestão eficiente e eficaz das escolas, do ponto de vista capitalista, é a terceirização da gestão educacional, conduzindo-as aos moldes de uma empresa (ADRIÃO, 2018). Segundo Paro (2012, p. 19), “[...] a atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender a necessidades e interesses de grupos e pessoas”. Não é de hoje que se criam projetos e programas escolares com a justificativa de melhorar os índices e resultados educacionais. Os argumentos e justificativas são mostrados de maneira convincente e atraem a atenção da sociedade, normalmente amparados por um *marketing* vigoroso e apelos na grande mídia. Afinal, quem não quer melhorar os índices educacionais? Que governo não tem isso como meta a ser alcançada?

Além dos “resultados” pífios do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), eles “[...] mostram que o Brasil tem baixa proficiência em Leitura, Matemática e Ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação”¹⁴, amparam discursos do governo de direita de que a educação brasileira é ruim e são justificativas para modelos militares, que precisam de maior rigidez, disciplina, controle e administração militar.

Na campanha eleitoral de 2018, muito se falou sobre educação do Brasil, trazendo elementos e problemas estruturais e históricos, como o analfabetismo absoluto e funcional, os resultados de avaliações externas, como o PISA, que colocam o Brasil em posições muito baixas perante outros países. Em 2018, o Brasil ficou em quinto lugar no ranque dos países latino-americanos, que contou com a participação de dez países da região. O então ministro da Educação, Abraham Weintraub, atribuiu responsabilidade exclusiva aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula e Dilma Rousseff. Em coletiva de imprensa realizada no MEC para avaliar os resultados do PISA 2018, Weintraub pronunciou: “Estamos estagnados desde

¹³ O modelo gestor da empresa Odebrecht foi aplicado às Escolas de Educação Profissional no Ceará. “Por meio da TESE/TEO a escola é tratada nos moldes de uma empresa, na qual a clientela é representada pela comunidade, os gestores são os líderes nos moldes dos empresários, os chamados investidores sociais, parceiros empresariais”. (MONTEIRO, 2015, p. 111).

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/12/ministerio-da-educacao-avalia-resultado-do-pisa-2018>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

2009, porque o formato que estávamos fazendo é ruim. Este governo não tem nada a ver com isso, coloquem isso no jornal" [...] "É integralmente culpa do PT... Quer ensinar sexualidade e não quer ensinar a ler e escrever". (SANTOS, 2019).

Ora, o PISA precisa ser tecnicamente estudado, e não pontualmente, como os resultados são expressos. A China não permite o teste ser aplicado em todo o País, escolhe as três melhores cidades para participarem, resultando na primeira colocação. Singapura, uma Cidade-Estado, com cinco milhões e novecentos mil habitantes, é um centro econômico importantíssimo no meio do extremo oriente, um dos maiores PIB do Mundo. O que se quer com isso? O que está sendo comparado? Um país com as desigualdades estruturais, extensão territorial, com uma Cidade-Estado? Para uma análise séria, peguemos situações próximas de território, população e diversidade: Rússia e México estão pouco acima do Brasil. Os EUA em décimo? A maior potência econômica, com 200 anos de educação consolidados, perde para China e Singapura, entre outros nove países. Somente o Canadá, mais bem colocado, em quinto lugar, é verdadeiro dizer, que, eventualmente, seria um parâmetro comparativo para avaliarmos se estamos realmente mal. Lembramos o fato de que temos pouco mais de vinte anos de universalização do ensino fundamental e ainda estamos caminhando para subir além dos 50% de atendimento para os jovens de 14 a 17 anos. Mesmo assim, o Brasil traz diversas medalhas de ouro, prata e bronze nas Olimpíadas Mundiais de Física, Química e Matemática, com seus alunos oriundos das escolas públicas. Reforçamos o fato de que os estudantes do ensino médio oriundos dos institutos federais (escolas públicas) são os mais bem avaliados no sistema brasileiro, acima de qualquer escola particular ou militar. Assim, ao situar de maneira mais qualitativa, asseveramos que temos avanços vigorosos na escola pública do País, sem precisar passar pelo Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – PECIM.

A nova direita adentra massivamente a educação com pautas moralizantes, disciplinadoras e individualizantes. O foco nas ideologias é apenas uma “cortina de fumaça” para obliterar os aspectos reais e urgentes das políticas educacionais orientadas para o atendimento dos interesses de organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e outros (LAVAL, 2019).

O que é plenamente notório é o desmonte de políticas públicas já constituídas. O Ministério da Educação parecia estar perdido na constituição e condução de políticas educacionais. Em menos de três anos de governo, entraram cinco ministros da educação, que demonstraram não compreender gestão de política pública, muito menos de educação pública. O desmonte ocorreu, sobretudo, no tocante ao financiamento educacional. Já no primeiro ano de governo, foram bilhões de cortes no orçamento da educação. Foram previstos sucessivos cortes bilionários para a pasta no curso de seu governo, o que deverá impactar ainda mais as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades e institutos federais, então cambaleantes por falta de recursos.

É elucidativa a situação da maioria das escolas do País, especialmente em tempos de pandemia. As escolas não têm condições sanitárias de receber crianças e adolescentes por falta de elementos básicos, como água, banheiros, saneamento básico, sabão, papel-toalha. O discurso governamental, todavia, continua sendo técnico-administrativo.

Considerações finais

Em síntese, concluímos que o PECIM é uma proposta de caráter reacionário, calcada em princípios conservadores e de manutenção do *status quo* e da ordem militar, preceitos que não servem para solucionar os problemas da escola pública brasileira, tampouco têm serventia

para formar o cidadão com capacidade ampla de leitura da realidade, de modo a contribuir nos rumos do Estado brasileiro e no enfrentamento de seus problemas.

As escolas militarizadas recebem alunos mediante exame admissional, independentemente se os pais são militares ou não, e a finalidade é aumentar os índices educacionais dos Municípios ou Estados. Embora diferentes quanto à sua finalidade, as práticas parecem análogas desde a criação da primeira escola no Rio de Janeiro, no tocante a métodos disciplinadores e homogeneizadores. Os estudos revelam que o custo de um aluno na escola militar é três vezes maior e a estrutura é melhor em relação às escolas não militarizadas. Fica a pergunta: - *por que não se propõe a todas as escolas públicas o acesso a tal orçamento e infraestrutura, se o objetivo é melhorar os índices educacionais?* Sobeja a dúvida sobre se as escolas públicas não militarizadas, com tais orçamentos e infraestrutura, não indicariam melhores resultados para a educação e a sociedade do que as escolas cívico-militares. Sobra, também, sem resposta o porquê de os IFE não aparecerem nessas discussões governamentais, pois, além de registrarem excelentes índices educacionais, a contribuição de seus alunos para a sociedade é muito mais relevante em diversos aspectos: reduzem a desigualdade, denotam um elevado nível de formação profissional, dispendo ao mercado excelentes profissionais em diversas áreas, atendem com excelência a diversidade e a pluralidade da população jovem. De efeito, as escolas militarizadas não passam nem perto desses critérios!

É válido destacar o fato de que as escolas militarizadas produzem cisão entre as de natureza pública – pois, de um lado, temos a escola militarizada estruturada e bem equipada e, de outro, a não militarizada, onde o aluno não tem recursos nem para pagar o uniforme. Tal cisão, levando-se em consideração os números do Censo Escolar, situa a maioria dos estudantes das escolas públicas em relação de desigualdade, fator que só acentua os desníveis entre redes e escolas no País. Entendemos que não faz sentido tal polarização e demandamos demonstrar, à extensão de toda a matéria agora finda, elementos para subsidiar as políticas públicas, com viés progressista, com o escopo de encerrar tamanha distorção, conformada na criação do PECIM.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensions and forms of the privatization of education in Brazil: characterization based on a mapping of national and international productions. *Currículo sem fronteiras*, Portugal, v.18, n.1, p.8-28, 2018.

ALVES, Miriam Fábila; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. The militarization process of a state public school in Goiás. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v.41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18540/revsv13iss1pp0076-0094>

A TARDE. *SEC reacts to criticism of military education model*. 19/03/2018 Available at <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1944427-sec-reage-a-criticas-sobremodelo-de-ensino-militar>. Accessed on July 25, 2021.

BRAZIL. *Decree No. 10.004, of September 5, 2019*. Establishes the National Program of Civic-Military Schools. Available at: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004de5desetembrede2019dou_pecim.pdf. Accessed on: October 19, 2019.

BRAZIL. *Letter of Law of December 4, 1810*. Creation of the Royal Military Academy. Available at: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anteriores/1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>. Accessed on: May 17, 2021.

BRAZIL. *Decree 10.202, of March 9, 1889*. Collection of Laws of the Empire of Brazil - 1889, p.247, v.1, pt II (Original Publication). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>. Accessed on May 17, 2021b.

BRAZIL. “*It's the biggest revolution in education in the country in the last 20 years,*” says minister. Available at: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/83511-e-a-maior-revolucao-na-area-de-ensino-no-pais-dos-ultimos-20-anos-diz-ministro>. Accessed on 17/05/2021c

BRAZIL. *Civic-military schools to be deployed on demand*. Available at: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>. Accessed on 17/05/2021d.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Cloud. *Reproduction: elements for a theory of the education system*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *The Brazilian monarchy*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1993.

CARVALHO, Ana Luiza. *Bullet bench expected to be three times larger in Congress from 2019*. Brasília: 16 Nov, 2018. Available at: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bancada-da-bala-quase-triplica-em-2019-apontaa-levantamento/>. Accessed on: May 20, 2021.

CHESNAIS, François. Globalization: financial capital in command. *Revista Outubro*, São Paulo, SP. v. 5, n. 2, 2001.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. *The new Brazilian right: an analysis of the party and electoral dynamics of the conservative camp*. Right, volver, p. 115-144, 2015.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. Assistance and professionalization in the Army: elements for a history of the Imperial Military College. *XXIV National History Symposium*, São Leopoldo, RS, v. 24, 2007.

GALLEGO, Esther Solano (Ed.). *Hate as politics: the reinvention of the right in Brazil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

HONORATO, Hercules Guimarães. Militarization as a public education policy: another look. *REVES-Revista Relações Sociais*, Viçosa, MG, v.3, n.1, p.76-94, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18540/revesv13iss1pp0076-0094>

LAVAL, Christian. *School is not a business: neoliberalism under attack on public education*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

MADEIRO, Carlos. *Student-sheriff, punished kiss, anthem by heart: a day at a military school*. Maceió, February 5, 2020. Available at: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/05/escola-militar-aluno-xerife-hino-de-cor.htm>. Accessed on May 19, 2021.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; SILVA, Aída Maria Monteiro. Didactics and educational project under surveillance: colonial reconversion in the civic-military school - an affront to human rights. *XXV EPEN - Northeast Regional Scientific Meeting of the National Association for Research and Graduate Studies in Education*, Salvador, Ba, 2020.

MESSEMBERG, Débora. The right that came out of the closet: the worldview of the opinion makers of Brazilian right-wing protesters. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v.32, n.3, p.621-648, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>

FEDERAL PUBLIC MINISTRY. *RECOMMENDATION NO. 04/2019/PRDC/BA/MPF*. Militarization of public schools in Bahia. Available at: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/recomendacoes/recomendacao-04-2019-prdc-ba-mpf>. Accessed on: October 30, 2019.

PARO, Vitor Henrique. *School administration: a critical introduction*. Revised and expanded. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

RBS, Send your question. *Help to contact a teacher - Education Needs Answers*. Message received by: assessoria@educacao.gov.br. Received on November 1, 2012.

REIMÃO, Sandra. "I forbid the publication and circulation..."-censorship of books during the military dictatorship. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008>

ROSA, Fabiana Teixeira da. Educational research in military schools in Brazil: state of the art. *VII Colloquium "Secondary education, history and citizenship"*, Florianópolis, SC - ISSN: 2236-7977, v.2, n.2, 2012.

SANTOS, Milton. O. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v.88, p.310-330, 2007. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.88i219.750>

SANTOS, Míriam de Oliveira. *Cradles of heroes: military schools in the formation of "saviors of the fatherland"*. Master's dissertation. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, Daniela. *In press conference, minister blames PT for Pisa 2018 result*. Brasília, December 3, 2019. Available at: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/educacao/2019/12/03/interna-educacao-basica-2019,811091/em-coletiva-ministro-culpa-pt-por-resultado-do-pisa-2018.shtml>. Accessed on: May 20, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *School and democracy*. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.